

Fundo de Apoio a Projetos do Programa



ESCRAVO, NEM PENSAR!

2015

**| Experiências Comunitárias de Combate ao
Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas 2015 |**

Expediente

REPÓRTER BRASIL
ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
E PROJETOS SOCIAIS

EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS
DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
E TRÁFICO DE PESSOAS 2015

PRESIDENTE: Leonardo Sakamoto
DIRETORIA: Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária), Iberê Francisco Thenório (Comunicação), Paulo Monteiro Takada (Projetos Sociais), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia), Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)
CONSELHO FISCAL: Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

COORDENADORES DE PROGRAMAS: Ana Aranha (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis) e Natália Sayuri Suzuki (Escravo, nem pensar!)

EQUIPE DO PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!: Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (coordenador assistente) e Jéssica Camargo Stuque (educadora)

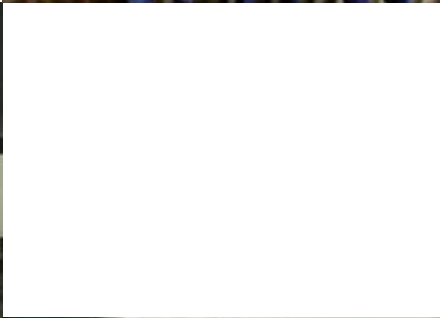
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: Fabiana Garcia (coordenadora), Juliana Furhmann (assistente financeira) e Marília Ramos (assistente administrativa).

EDIÇÃO: Natália Sayuri Suzuki
REDAÇÃO: Jéssica Camargo Stuque
PROJETO GRÁFICO: Adriana Fukunari
FOTOS: Projetos comunitários 2015
APOIO: Ministério Público do Trabalho e Fundo Nacional de Solidariedade – Cáritas Brasileira

Impresso por Rettec / 1.500 exemplares /
Distribuição gratuita
Fevereiro de 2016

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte.
Copyleft – licença Creative Commons 2.0

www.reporterbrasil.org.br
www.escravonempensar.org.br



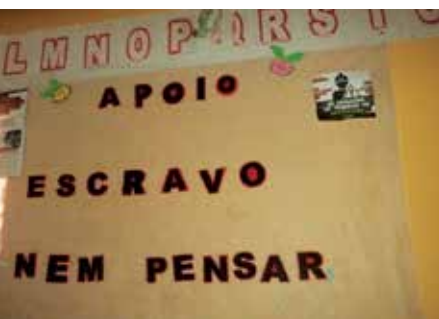
Sobre o programa Escravo, nem pensar!

Coordenado pela Repórter Brasil*, o Escravo, nem pensar (ENP!) é o primeiro programa educacional de prevenção ao trabalho escravo a agir em âmbito nacional.

Desde 2004, tem realizado atividades em comunidades de região de alta vulnerabilidade socioeconômica, suscetíveis a violações de direitos humanos como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Suas ações de formações e prevenção já alcançaram mais de 170 municípios em dez estados brasileiros e beneficiaram mais de 500 mil pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais, como os do Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

* Sobre a Repórter Brasil

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate à escravidão contemporânea, que afeta milhares de brasileiros.



Apresentação

A recente crise político-econômica, que inflou os preços e aumentou o desemprego, contribuiu para piorar a vulnerabilidade socioeconômica de milhares de trabalhadores e precarizar as relações de trabalho. Sem perspectivas, muitos homens e mulheres são enganados por aliciadores e acabam explorados em frentes de trabalho em diversos locais do país. Diante disso, o programa educacional Escravo, nem pensar!, da ONG Repórter Brasil, dedicou a sua 9ª edição do Fundo de Apoio a Projetos à assessoria pedagógica e ao apoio financeiro de projetos de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. Nas próximas páginas, você poderá conhecer as 14 experiências comunitárias, protagonizadas por atores e entidades da sociedade civil local, em 13 municípios de sete estados brasileiros, que foram apoiadas para realizar ações de prevenção por meio da educação. O objetivo dessas iniciativas foi difundir a informação sobre essas violações de direitos humanos e mobilizar a comunidade em torno dessa agenda.

Boa leitura!

Desde 2007, 120 projetos realizados por professores e lideranças já receberam apoio pedagógico e financeiro do programa.

Sumário

PROJETOS

BAHIA

- 8 Santa Maria da Vitória**
Responsável: Sociedade civil
Projeto: Jovens quilombolas dizem não à escravidão

CEARÁ

- 10 Forquilha**
Responsável: Escola de Cidadania Moésio Loiola de Melo Júnior
Projeto: Adolescer sem doer

MARANHÃO

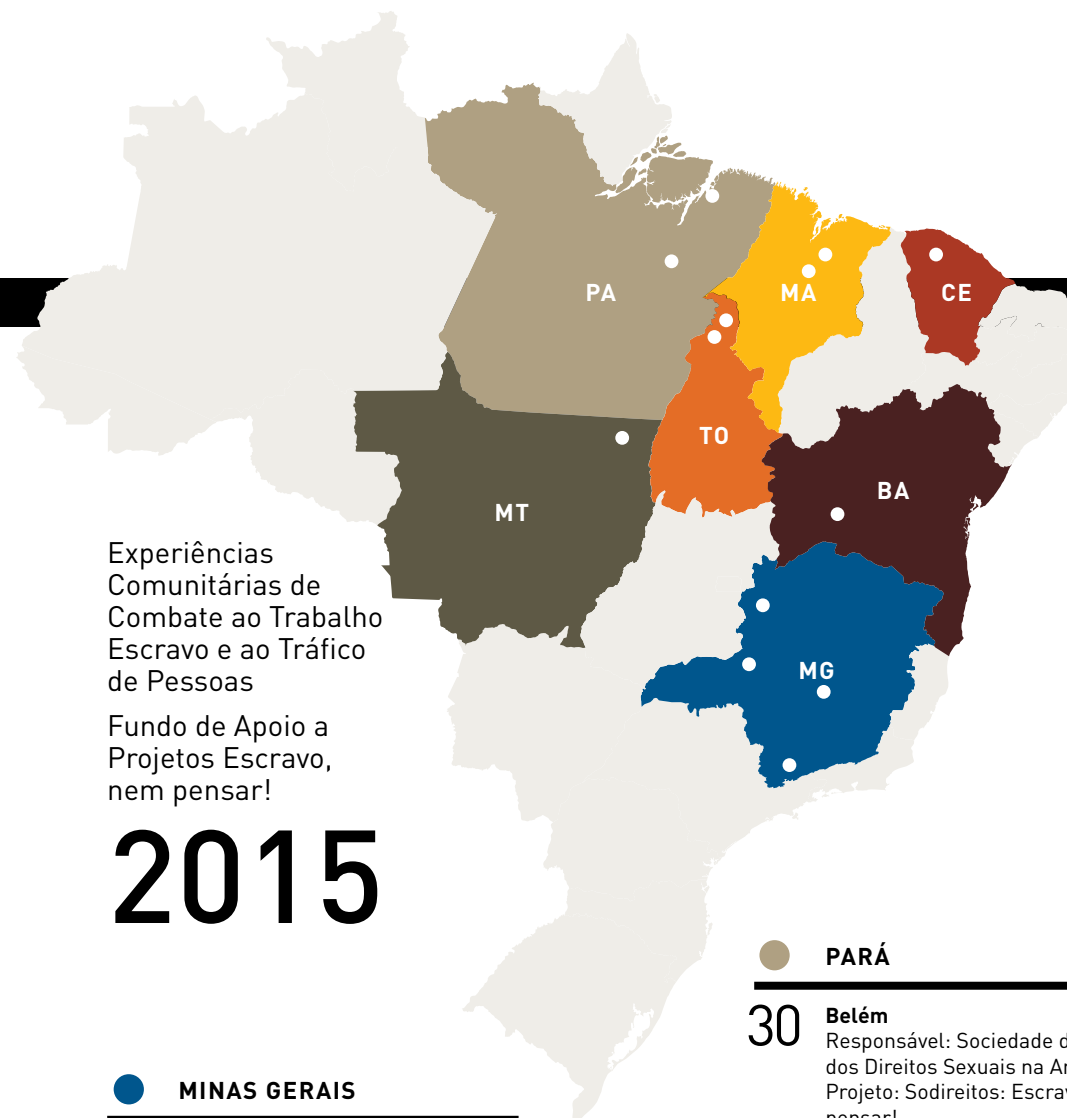
- 12 Codó**
Responsável: Centro de Ensino Luzenir Matta Roma
Projeto: Liberdade: direito de todo cidadão

- 14 Codó**
Responsável: Grupo de professores de escolas municipais e estaduais
Projeto: Prevenção ao tráfico humano com jovens e adolescentes

- 16 Dom Pedro**
Responsável: Centro de Ensino Ana Isabel Tavares
Projeto: Trabalho escravo: amarras que impedem a liberdade!

MATO GROSSO

- 18 Confresa**
Responsável: CEJA Creusli de Souza Ramos
Projeto: A luta pela erradicação do trabalho escravo, tráfico de pessoas e exploração sexual



Experiências
Comunitárias de
Combate ao Trabalho
Escravo e ao Tráfico
de Pessoas

Fundo de Apoio a
Projetos Escravo,
nem pensar!

2015

MINAS GERAIS

- 22 Gonçalves**
Responsável: Escola Estadual João Ribeiro da Silva
Projeto: Semeando a liberdade

- 24 Ibirité**
Responsável: Escola Estadual Imperatriz Pimenta
Projeto: Um novo olhar: Escravo, nem pensar

- 26 Patrocínio**
Responsável: Escola Estadual Coronel Elmiro Alves do Nascimento
Projeto: Escravidão, vamos abolir essa vergonha!

- 28 Unaí**
Responsável: Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves
Projeto: Conscientizar para não escravizar

PARÁ

- 30 Belém**
Responsável: Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia
Projeto: Sodireitos: Escravo, nem pensar!

- 32 Marabá**
Responsável: Escola Família Agrícola
Projeto: Consciente e informado: direitos assegurados

TOCANTINS

- 34 Aragominas**
Responsável: Grupo Jovens Unidos Multiplicando o Poder da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo
Projeto: Juventude em ação contra a escravidão

- 36 Axixá do Tocantins**
Responsável: Escola Municipal Bom Jesus
Projeto: Educar para não escravizar



Jovens quilombolas dizem não à escravidão

Responsável: Abeltânia de Souza Santos (educadora popular)

Por que: O Quilombo Barra do Parateca, situado no município de Carinhanha (BA), possui cerca de 250 famílias. Desde 2007, os seus integrantes lutam para defender seu território de fazendeiros, que grilaram suas terras. Isolados em um pequeno povoado, buscam sobreviver da pesca, uma atividade que se torna cada vez

menos sustentável por causa da degradação do rio São Francisco. Por isso, jovens migram em busca de emprego – principalmente para as colheitas de laranja e o corte de cana em São Paulo. Diante disso, o projeto buscou fortalecer a relação das novas gerações com a terra e preveni-los de serem aliciados para o trabalho escravo. A linguagem escolhida foi o teatro, muito prestigiada entre os jovens.

Dramatizações para prevenção

Duas peças teatrais foram produzidas em oficinas com os jovens do quilombo. A primeira trouxe situações relacionadas ao tráfico de pessoas, enquanto a outra apresentou um paralelo entre a escravidão colonial e a contemporânea, ressaltando as semelhanças e diferenças entre elas. As dramatizações foram exibidas a toda comunidade e contribuíram para esclarecer e prevenir as pessoas desses problemas.

Nos encontros com os jovens para a elaboração das peças, além de exercícios teatrais, eram realizadas formações sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas. “Eu os enchia de questionamentos, jogos, informações práticas e teóricas, e depois pedia que eles criassem cenas que mostrassem o que foi abordado naquele dia”, contou o professor de teatro. Para que as ações tivessem êxito, foram estabelecidas parcerias com a Comissão Pastoral da Terra e uma série de organizações do quilombo, como a Associação Quilombola, o Centro de Referência de Assistência

Social, escola e igreja. As entidades se envolveram na elaboração das atividades, emprestaram os seus espaços e auxiliaram na divulgação. Um grande feito do projeto foi relacionar a temática do trabalho escravo com a história de vida dos moradores. Para isso, as peças teatrais foram criadas com base nos seus depoimentos. Em um dos casos relatados, uma jovem contou a história de seu irmão, que foi aliciado para trabalhar em uma fazenda distante e se tornou vítima de trabalho escravo. Ele conseguiu fugir do local, escondido entre os sacos de carvão de um caminhão, mas não denunciou a situação por não saber que havia sido vítima de um crime. Esse depoimento foi a inspiração para as montagens teatrais e, até mesmo, o apelido do aliciador real, “Algodão”, foi utilizado. Materiais didáticos do programa Escravo, nem pensar! e documentários também contribuíram para a elaboração das apresentações.

Painel



INSTITUIÇÃO
Organização da sociedade civil



PARCERIAS
Comissão Pastoral da Terra, Associação Quilombola de Barra do Parateca, Igreja Pentecostal Nazareno, Centro de Referência de Assistência Social Quilombola e Escola Francisco Pinto



PESSOAS ENVOLVIDAS
27 estudantes,
1 professor de teatro,
10 lideranças,
3 professores,
4 técnicos e
365 pessoas da comunidade

“INICIALMENTE PENSAVAM QUE O PROFESSOR IRIA TRAZER UMA PEÇA PRONTA PARA QUE ELES ENCENASSEM. MAS ELES GOSTARAM DA METODOLOGIA DE ELES MESMOS CRIAREM O TEATRO, TENDO COMO REFERÊNCIA O CONTEÚDO TRABALHADO. O PÚBLICO GOSTOU DO DINAMISMO DOS JOVENS, TEVE NOÇÃO DO QUE É O TRABALHO ESCRAVO E QUE É UMA REALIDADE BEM PRÓXIMA DA COMUNIDADE.”

– Abeltânia de Souza Santos, educadora popular e coordenadora do projeto.





Adolescer sem doer

Responsável: Escola de Cidadania Moésio Loiola de Melo Júnior

Por que: Há casos de violações trabalhistas em atividades econômicas nas zonas rural e urbana do município, principalmente nas plantações de milho, feijão e cana-de-açúcar, e também em oficinas de costura e canteiros de obras. O trabalho infantil é um dos problemas recorrentes, mas, infelizmente, acaba sendo naturalizado pela população local. Nesse contexto, o projeto abordou essa violação, relacionada ao trabalho escravo.

Prevenção ao trabalho infantil e ao trabalho escravo

O tema do trabalho infantil já era abordado na escola por meio do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho Infantil

(Peteca), que tem apoio do Ministério Público do Trabalho. No entanto, ele não era relacionado ao tema do trabalho escravo contemporâneo. Nesse sentido, o projeto “Adolescer sem doer” ampliou a visão de professores e alunos ao mostrar que muitos trabalhadores escravizados começaram a trabalhar muito cedo e tiveram seus direitos tolhidos durante a sua infância e adolescência.

Para tratar do tema na sala de aula, os professores estudaram o material disponibilizado pelo Escravo, nem pensar! e dividiram os assuntos de acordo com suas áreas de conhecimento. Entre as atividades realizadas ao longo do ano estão a produção de textos, a exibição de vídeos e as esquetes teatrais. Uma assistente social também colaborou com o projeto, realizando uma palestra na escola, no Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, dia 12 de junho.



Painel



INSTITUIÇÃO
Escola urbana



PARCERIAS
Secretaria Municipal de Educação, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).



MODALIDADE
Ensino Fundamental II



PESSOAS ENVOLVIDAS
10 professores e 366 alunos



“O TEMA DESPERTOU A CURIOSIDADE DOS ALUNOS E ELES GOSTARAM DO MATERIAL, DE EXCELENTE QUALIDADE E DE FÁCIL COMPREENSÃO. O PROJETO ALCANÇOU SEU OBJETIVO DE SENSIBILIZAR O ESTUDANTE EM RELAÇÃO À EXISTÊNCIA, AINDA QUE CAMUFLADA, DO TRABALHO ESCRAVO EM PLENO SÉCULO 21”

– Osvaldo de Loiola Filho, coordenador do projeto.



Liberdade: Direito de todo cidadão

Responsável: Centro de Ensino Luzenir Matta Roma

Por que: Segundo a Comissão Pastoral da Terra, entre 2003 e 2014, 23,6% do total de trabalhadores resgatados em todo o Brasil eram maranhenses. Nesse contexto, Codó é o principal município do Maranhão que mais exporta trabalhadores escravizados para frentes de trabalho. Diante dessa situação preocupante, a escola desenvolveu um projeto voltado à prevenção do problema na sua comunidade.

Pesquisas sobre a realidade local

Uma das principais atividades do projeto, ou seja, a realização de pesquisas na comunidade, fez com que os alunos conhecessem melhor a realidade do município em que vivem. A primeira, voltada a trabalhadores e

“ OS ALUNOS CONHECERAM TODAS AS FORMAS DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO QUE EXISTEM EM CODÓ. TAMBÉM DERAM DEPOIMENTOS DE FAMILIARES E AMIGOS QUE MIGRARAM COM FALSAS PROMESSAS DE TRABALHO PARA OUTROS ESTADOS E, ATÉ MESMO, PARA FAZENDAS NO PRÓPRIO MUNICÍPIO OU QUE JÁ FORAM VÍTIMAS DE TRABALHO ESCRAVO. AGORA ELES SÃO MULTIPLICADORES PARA COMBATER O PROBLEMA ”

– Maria das Graças de Andrade Oliveira, coordenadora do projeto.

empregadores, referia-se à questão agrária e incluía perguntas sobre o trabalho no campo e a posse de terras. A segunda questionou migrantes, que partem em ônibus clandestinos para trabalhar em outros estados do Brasil, sobre os seus modos de vida e as suas condições de trabalho. O contato com essas pessoas aproximou os alunos dos temas do trabalho escravo e da migração, e os dados foram posteriormente sistematizados e estudados em sala de aula.

Como a escola já havia desenvolvido um projeto sobre o trabalho escravo contemporâneo em 2014, inicialmente foi feito um diagnóstico para checar o nível de conhecimento que os alunos tinham sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas. A partir disso e do conhecimento gerado com as pesquisas, outros temas, como tráfico de pessoas e trabalho infantil, foram abordados pelos professores e nas turmas que, ao longo do ano, desenvolveram produções textuais, paródias, dramatizações, poesias, maquetes, revistas em quadrinhos, jograis e teatro de sombras. Além dessas produções, a escola realizou uma palestra com especialistas sobre trabalho escravo e participou da Caravana da Liberdade – evento anual de prevenção ao problema, organizado pelo governo estadual – com faixas e entrega de panfletos.



Painel



INSTITUIÇÃO
Escola urbana



MODALIDADE
Ensino Médio



PESSOAS ENVOLVIDAS
70 professores,
30 funcionários, 1.300
alunos e 100 pessoas
da comunidade



PARCERIAS
Secretaria Municipal
de Educação,
Universidade Federal
do Maranhão e
ONG Plan.



Prevenção ao tráfico humano com jovens e adolescentes

Responsável: Joseane Cantanhede
(educadora)

Por que: Codó é um dos principais municípios exportadores de trabalhadores do estado para outros lugares do Brasil; muitas vezes, eles acabam explorados. Pensando em prevenir alunos e comunidade do aliciamento, um grupo de professores se empenhou em levar o tema do trabalho escravo e do tráfico de pessoas às escolas onde trabalham, potencializando as ações de prevenção que já ocorrem na cidade, como a Caravana da Liberdade (vide página 13).



Fortalecimento das ações de combate ao trabalho escravo no município

O projeto abordou o tema do trabalho escravo contemporâneo e do tráfico de pessoas com três públicos diferentes: alunos, pais e gestores. Nos encontros com esses últimos, foram discutidos pontos, que devem ser analisados ao se desenvolverem campanhas de prevenção, como o fato de algumas autoridades desconhecerem o conceito de trabalho escravo contemporâneo e não identificarem o problema por naturalizarem a situação de exploração do trabalhador.

Painel



INSTITUIÇÃO
Escolas urbanas



PESSOAS ENVOLVIDAS
34 professores,
400 alunos e
100 pessoas da
comunidade



MODALIDADE
Ensino Fundamental I
e II e Ensino Médio



PARCERIAS
Ministério Público,
ONG Plan,
Secretaria Regional
de Educação e
Prefeitura Municipal
de Codó.



ESCOLAS ENVOLVIDAS
Centro de Ensino
René Bayma, Escola
Municipal Neyde
Magalhães, Unidade
Integrada Renato
Archer e Unidade
Integrada Estevam
Ângelo de Souza

“TEMOS A CERTEZA DE QUE PODEMOS FAZER A DIFERENÇA
NA NOSSA PROFISSÃO E NA VIDA DE NOSSOS ALUNOS!”

– Joseane Cantanhede, professora de Língua Portuguesa e coordenadora do projeto

Levando isso em conta, uma grande quantidade de material gráfico foi produzida pelos educadores para informar e sensibilizar a população, como banners, faixas e panfletos informativos, os quais foram distribuídos pelos alunos durante a Caravana da Liberdade, evento organizado no município pelo governo estadual. Também foram produzidos textos,

desenhos, fotografias, paródias e peças teatrais ao longo do ano. Outro ponto positivo do projeto foi a sua capilaridade, uma vez que ele envolveu quatro diferentes escolas da rede municipal e estadual, e também o projeto “Liberdade: Direito de todo cidadão” (págs. 12 e 13). Todas essas ações criaram uma rede de prevenção ao trabalho escravo no município.



Trabalho escravo: amarras que impedem a liberdade!

Responsável: Centro de Ensino Ana Isabel Tavares

Por que: A iniciativa se deu, principalmente, porque um grande número de jovens do Ensino Médio deixa a escola todos os anos em busca de emprego, mesmo sem ter in-

formações concretas sobre o tipo ou local de trabalho, podendo se tornar vítimas de trabalho escravo. Por isso, o projeto teve como meta explicar aos alunos como essa prática acontece e como se prevenir contra ela. Considerando que o Maranhão é o estado com maior número de trabalhadores migrantes que foram escravizados em outros estados, o projeto ganha ainda mais importância.

Interdisciplinaridade e construção coletiva do conhecimento

A abordagem transversal do tema do trabalho escravo foi o mote do projeto. Os professores atuaram em conjunto na preparação e realização das aulas, dando conta de tratá-lo em toda a sua complexidade. Além disso, trouxeram exemplos próximos à realidade do aluno, utilizando seu conhecimento prévio e o estimulando a participar e a pensar criticamente. Assim, os conceitos sobre trabalho escravo contemporâneo, suas diferenças com a escravidão colonial, o contexto de vulnerabilidade social que leva o trabalhador a migrar e outros assuntos foram assimilados de forma dinâmica. Para isso, primeiramente a equipe pedagógica da escola relacionou os temas do projeto (trabalho escravo, tráfico de pessoas e trabalho infantil) com os assuntos do currículo escolar e os dividiu para serem abordados entre as turmas. O foco foi dado às discussões e seminários em sala de aula, além de produção de textos e cartazes, mas



também foram realizadas dramatizações, paródias e caminhada contra o trabalho infantil. As principais produções foram apresentadas no dia da culminância, quando os alunos se dividiram para pintar os muros da escola com imagens sobre trabalho escravo, migração, destruição do meio ambiente, questão agrária, setor sucroalcooleiro e construção civil, além de tráfico de pessoas e trabalho infantil.



“ HOUVE UMA MUDANÇA NOTÁVEL NO COMPORTAMENTO DE ALGUNS ALUNOS [DO ENSINO MÉDIO] EM SALA, QUE PASSARAM A DAR MAIS VALOR POR PODEREM ESTUDAR EM UMA ESCOLA COMO A NOSSA E NÃO PRECISAREM PARAR DE ESTUDAR PARA TRABALHAR. ”

– Antonia Zilda da Silva, coordenadora do projeto.



A luta pela erradicação do trabalho escravo, tráfico de pessoas e exploração sexual

Responsável: Centro de Educação para Jovens e Adultos Creusli de Souza Ramos

Por que: Existem casos de violações de direitos trabalhistas no município, tanto na zona rural como urbana. Em 2005, 1.003 trabalhadores foram resgatados da usina Destilaria Araguaia, na segunda maior libertação de trabalho escravo do país. Além disso, a exploração sexual de jovens e adolescentes é uma preocupação

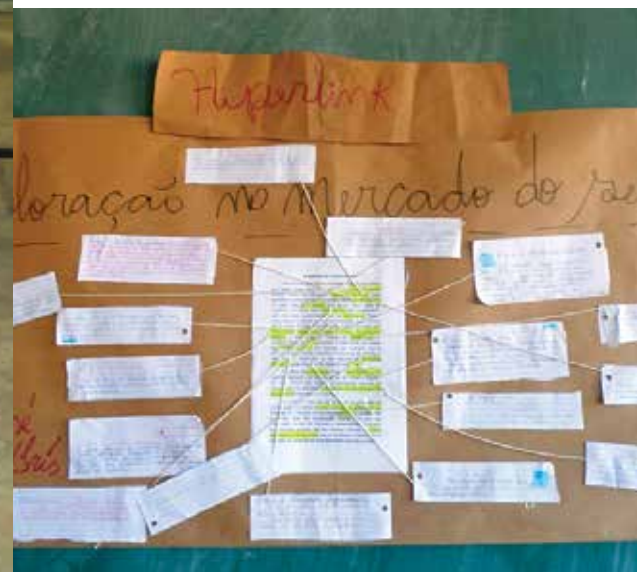


crescente. Ao levar o tema do trabalho escravo para a sala de aula e comunidade, o CEJA desenvolveu um papel muito importante de prevenção, principalmente por lidar com um grupo de jovens e adultos inseridos no mercado do trabalho, mas que, muitas vezes, ainda vive em condições de vulnerabilidade e, por isso, são mais expostos à exploração.

Projeto descobre casos de violações trabalhistas

Como foi a segunda vez que o centro de ensino realizou um projeto com apoio do programa Escravo, nem pensar! – a primeira vez foi em 2010 –, essa foi a oportunidade de ampliar as suas ações. Naquele ano, o projeto se focou no espaço escolar e abordou o tema do trabalho escravo na zona rural. Neste ano, o projeto também tratou do tema tráfico de pessoas e da exploração sexual, com maior atenção aos casos na zona urbana.

Além de abordar os temas em sala de aula por meio de seminários, produção de textos, poemas, paródias, músicas e peças teatrais, as



coordenadoras do CEJA estabeleceram parcerias com outras instituições e realizaram ciclos de palestras sobre os temas do trabalho escravo e tráfico de pessoas em escolas municipais e estaduais, igrejas, cooperativas rurais, eventos da cidade, entre outros.

Nesses encontros, professores e alunos descobriram casos de exploração sexual de crianças e jovens e de trabalho escravo na construção civil, além de outras graves infrações trabalhistas em frigoríficos e no comércio local – alguns dos casos ocorreram com os próprios alunos do CEJA. Diante disso, os educadores se preocuparam em orientar os alunos em como proceder quando são vítimas de infrações trabalhistas e, atualmente, estão elaborando um dossiê para denunciar os demais casos.

Ao final de todo o projeto, mais de duas mil

Painel



INSTITUIÇÃO
Escola urbana



MODALIDADE
Educação de Jovens e Adultos (EJA)



ESCOLAS/ ENTIDADES ENVOLVIDAS
Centro de Reabilitação Árvore da Vida, Escola Municipal Vida e Esperança, Escola Estadual Teotônio Carlos da Cunha, Escola Municipal Central, Escola Municipal Vila Taparaguia, Escola Estadual 29 de julho e Cooperativa Nova Rondônia.



PESSOAS ENVOLVIDAS
21 professores e 2.465 pessoas envolvidas (alunos e comunidade)



PARCERIAS
Igreja Matriz São Sebastião, CPT, Universidade Estadual do Mato Grosso, Justiça do Trabalho - TRT 23ª Região, Secretaria Estadual de Educação, Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso, Assessoria Pedagógica Confresa e Feira de Economia Solidária.

pessoas foram impactadas pelas ações. As produções dos alunos – tanto de 2010 quanto de 2015 –, juntamente com fotos e depoimentos de trabalhadores, serão publicadas em um livro em 2016.

“ A NOSSA ALEGRIA FOI IMENSA AO PERCEBER QUE HAVÍAMOS SENSIBILIZADO UM PÚBLICO QUE ESTAVA ALÉM DE NOSSAS EXPECTATIVAS E CONSEGUINDO REGISTRAR CASOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO. ISSO NOS PERMITIU AGIR. ”

– Maria José Coelho de Castilho, professora e coordenadora do projeto

Experiências Comunitárias de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas 2015

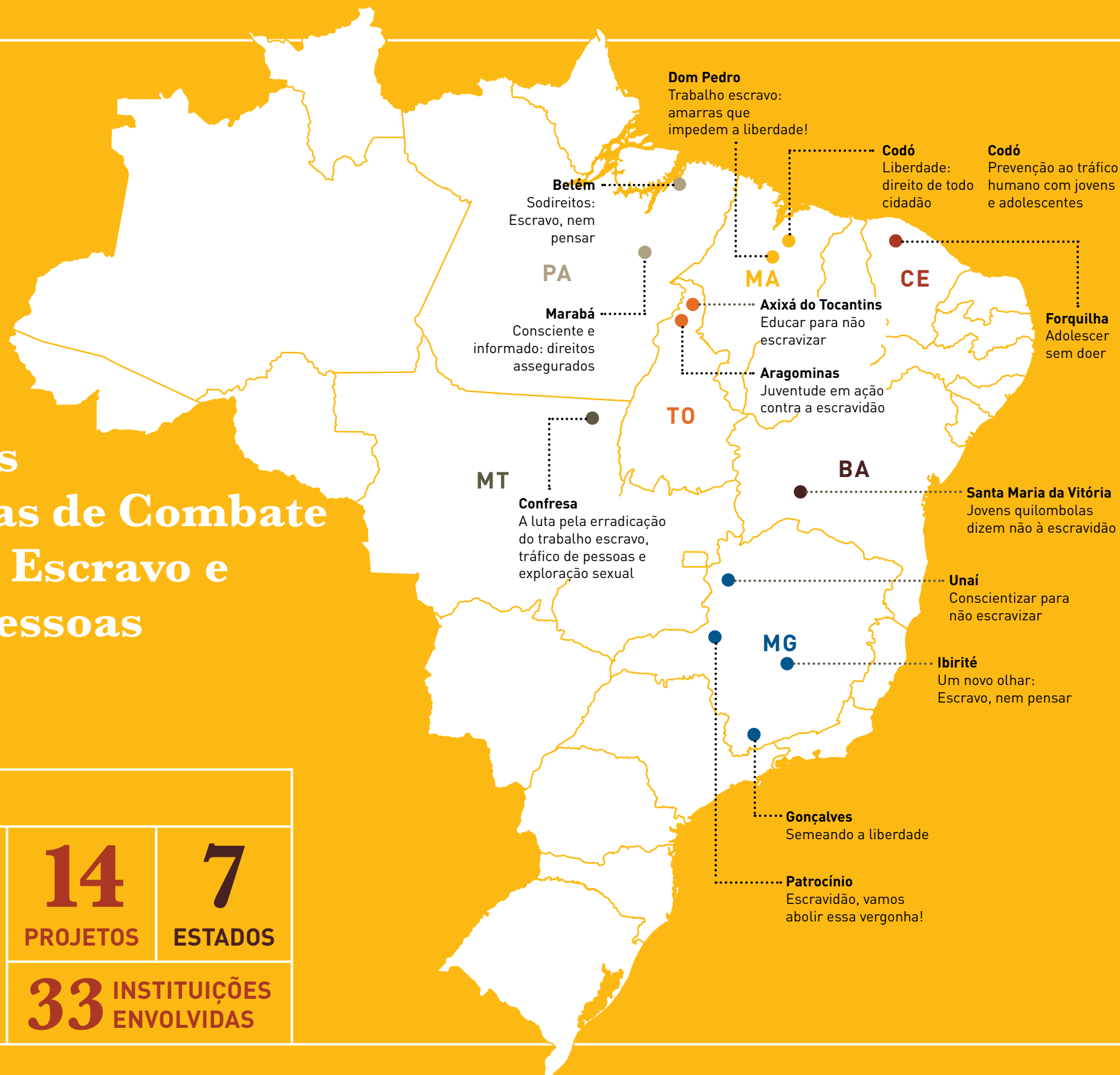
PAINEL GERAL

10.042
BENEFICIÁRIOS
DIRETOS

14
PROJETOS

7
ESTADOS

33 INSTITUIÇÕES
ENVOLVIDAS





Semeando a liberdade

Responsável: Escola Estadual João Ribeiro da Silva

Por que: Após pesquisar sobre o tema do trabalho escravo no mundo, a equipe pedagógica dessa escola mineira percebeu que se tratava de um assunto importante para ser abordado em sala de aula. No entanto, por que não estudar a questão no próprio município? Foi pensando nisso que a escola elaborou um projeto em que os alunos pesquisarão violações trabalhistas e formas de trabalho escravo existentes em sua região.

Concurso de poesias e mapeamento das condições de trabalho

O projeto desenvolveu duas ações principais: um concurso de poesias e um mapeamento das condições de trabalho do município. Ambas aguçaram o engajamento dos alunos e foram desenvolvidas ao longo de todo ano.



A primeira atividade culminou na publicação de um livro contendo as 25 melhores poesias desenvolvidas pelos alunos. Já a segunda envolveu entrevista com 139 trabalhadores da zona rural e 69 da zona urbana. Elas evidenciaram a diferença de perfil dos trabalhadores. Na zona rural, a maioria estudou de forma incompleta até o Ensino Fundamental 1, parou de estudar para trabalhar e não possui carteira assinada. Já na zona urbana, mais da metade dos entrevistados possuía Ensino Médio completo, mas ainda assim a maioria não possuía carteira assinada. Também foram realizados debates em sala de aula, exibição de vídeos e entrevistas com trabalhadores, que contaram com ampla participação dos alunos. Como a escola incentiva produções de cunho artístico, foram produzidos dramatizações, paródias, jograis e até um documentário, com fotos e vídeos que sintetizam as ações do projeto, além de depoimentos.



“ A FRASE QUE MAIS OUVIMOS FOI: NÃO SABIA QUE EXISTIA TUDO ISSO. ESTUDAR O TRABALHO ESCRAVO COM OLHAR DIFERENCIADO NOS CONVIDOU A PERCEBER O LADO DESUMANO DA EXPLORAÇÃO. ”

– Emerson Matos de Oliveira, professor de educação física e coordenador do projeto.



Painel



INSTITUIÇÃO
Escola urbana



PESSOAS ENVOLVIDAS
6 professores e 400 alunos



MODALIDADE
Ensino Fundamental II e Ensino Médio



PARCERIAS
Comunicação e Gráfica Colinas



Um novo olhar: escravo, nem pensar!

Responsável: Escola Estadual Imperatriz Pimenta

Por que: A escola atende alunos de comunidades carentes, vulneráveis à exploração no trabalho; parte desse grupo ajuda no sustento da casa. Nesse contexto, a coordenação da escola compreende que o trabalho escravo e tráfico de pessoas são temas importantes de serem tratados no âmbito escolar, principalmente no formato de projeto coletivo e multidisciplinar, que estimula o desenvolvimento de competências humanas.

Projeto transcende os muros da escola

A liberdade que os alunos tiveram para criar e propor ações gerou uma onda de en-

gajamento que fez o projeto extrapolar os limites da escola.

Uma das atividades principais do projeto foi a fotografia realizada pelos alunos; a ideia era mostrar a concepção deles a respeito do problema. Empenharam-se, então, em realizar boas imagens, o que fez com que a exposição – que estava planejada para acontecer apenas em um shopping e na escola –, ganhasse destaque e fosse convidada para estrear em outros espaços, como a Universidade Estadual de Minas Gerais, a Fundação Helena Antipoff e a Pontifícia Universidade Católica.

Além da exposição, também foram produzidos monólogos, poemas e paródias. No entanto, todas as produções tiveram em comum o estudo de casos reais, que segundo a coordenadora, “foi a essência do projeto”. As melhores produções foram apresentadas em uma fundação parceira da escola, possibilitando que os seus alunos também tivessem contato com outras modalidades artísticas.



“ ENQUANTO PROFESSORA E EDUCADORA EU CONSIDERO ESTE TEMA ESSENCIAL. DEVIA ESTAR, INCLUSIVE, NA GRANDE CURRICULAR. PARA MIM, ENQUANTO PROFESSORA, FOI UM PROJETO RENOVADOR. EU JÁ TENHO 23 ANOS DE ATUAÇÃO SÓ NESSA ESCOLA E EU NUNCA ABORDEI O TEMA DESTA FORMA. ”
– Denise Vitoriana, professora de Língua Portuguesa e coordenadora do projeto.

Painel



INSTITUIÇÃO
Escola urbana



MODALIDADE
Ensino Médio



PESSOAS ENVOLVIDAS
21 professores,
10 funcionários,
650 alunos e
50 pessoas da comunidade



PARCERIAS
Fundação Helena Antipoff, Viashopping, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Estadual de Minas Gerais e Prefeitura de Ibirité.



Escravidão, vamos abolir essa vergonha!

Responsável: Escola Estadual Cel. El-miro Alves do Nascimento

Por que: A escola atende sete comunidades rurais e dois assentamentos de terra, sendo que a maioria das famílias vive em condições precárias em fazendas monocultoras da região. Muitos jovens de lá migram para o norte de Minas Gerais, sul da Bahia e cidades da região Nordeste do país em busca de melhores salários e condições de vida. Sendo assim, o projeto procurou informar e orientar a população sobre o trabalho escravo, a fim de evitar que os jovens sejam explorados.

Tema do trabalho escravo é multiplicado nas comunidades rurais

O projeto desenvolveu ações dentro e fora da escola. Uma que teve forte impacto sobre o contexto local foi a realização de uma palestra para os presidentes dos Conselhos

Rurais de 33 comunidades próximas, mediada pela advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A atividade abordou temas como agronegócio e agricultura familiar, esclareceu o conceito de trabalho escravo e tirou dúvidas sobre demais violações trabalhistas. Os conselheiros participaram ativamente, fazendo perguntas e, posteriormente, multiplicando o conhecimento em suas respectivas comunidades.

Já na sala de aula, os alunos criaram logotipo e o slogan do projeto "Escravidão no Brasil, quebre essa corrente!", que foram estampados em camisetas e outros materiais de divulgação. Também realizaram um

concurso de selfies, no qual fotografaram a si mesmos desenvolvendo as atividades sobre o tema do trabalho escravo. Além disso, produziram cartazes, gráficos, desenhos, redações, poesias, paródias, dramatizações e entrevistas com trabalhadores. Também participaram de palestras com membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Juizado de Menores, que explicaram as diferenças entre trabalho escravo e irregularidades trabalhistas. Por fim, desfilaram com faixas do projeto no dia 7 de setembro e realizaram um júri simulado sobre um caso de trabalho escravo na escola, com base em um júri real a que puderam assistir.

“ *TODOS OS SERVIDORES [DA ESCOLA] SE ENVOLVERAM NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, E OS ALUNOS SE INTERESSARAM PELO TEMA QUE RETRATA AS DIFICULDADES DO TRABALHADOR RURAL. AGORA ELES SÃO MULTIPLICADORES E IRÃO INFORMAR A POPULAÇÃO COMO NÃO CAIR NA REDE DO TRABALHO ESCRAVO.* ”

– Andreia Helena de Almeida, diretora da escola



Painel



INSTITUIÇÃO
Escola rural



MODALIDADE
Ensinos Fundamental,
II e Médio



PESSOAS ENVOLVIDAS
14 professores,
45 funcionários,
380 alunos e
34 conselheiros rurais



PARCERIAS
Secretaria da
Agricultura, Sindicato
dos Trabalhadores
Rurais de Patrocínio,
Fórum de Patrocínio
e Juizado de Menores



Conscientizar para não escravizar

Responsável: Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves

Por que: A economia de Unaí gira em torno da pecuária extensiva, uma das atividades em que mais há ocorrências de trabalho escravo no Brasil. Não é à toa que o município ocupa a quinta colocação no ranking

“DE TODAS AS ATIVIDADES PROPOSTAS, A PEÇA TEATRAL FOI A QUE DESPERTOU O MAIOR INTERESSE DO PÚBLICO. O FIGURINO, A LINGUAGEM E A PRÓPRIA HISTÓRIA APRESENTADA POSSIBILITARAM UMA VISUALIZAÇÃO DE COMO SE ORIGINA E SE DESENVOLVE O TRABALHO ESCRAVO. A SEMENTINHA FOI SEMEADA. ESPERAMOS QUE VENHA A TER UMA COLHEITA DE ESPERANÇA E CONSCIENTIZAÇÃO PARA QUE UM DIA POSSAMOS ACABAR COM ESSE CRIME, COM A COOPERAÇÃO DE TODOS.”

– Clélia Alves de Araújo, professora de Geografia e coordenadora do projeto.



de trabalho escravo do estado. Desde 2003, foram libertados mais de 138 trabalhadores ali, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Em 2004, quatro servidores do Ministério do Trabalho e Emprego foram assassinados durante uma fiscalização na zona rural da região, episódio que ficou conhecido como Chacina de Unaí.

Projeto se expande para outras escolas

As atividades do projeto envolveram os professores de todas as disciplinas da escola. Usando os materiais disponibilizados pelo Escravo, nem pensar!, eles abordaram o trabalho escravo e outros temas correlatos em todas as turmas do Ensino Fundamental, que produziram painéis, cartazes, textos, poemas, paródias, danças, teatro, jogos, mandalas, além de participarem de rodas de



conversa e sessões de cinema e palestras com especialistas. Esses trabalhos foram apresentados em um evento de culminância aberto à comunidade. Houve também distribuição de panfletos pela cidade. Devido à importância do tema, um professor replicou o projeto em outras escolas do município onde também trabalhava, envolvendo mais 500 alunos do Ensino Médio e pessoas de comunidades rurais próximas. De acordo com ele, os jovens “ficaram assustados ao identificar a escravidão em sua rotina familiar”, o que evidencia a forte presença da prática na região e o medo que a população tem de falar sobre o assunto. O saldo final foi positivo, despertando a curiosidade dos jovens e esclarecendo o conceito de trabalho escravo e suas diferenças e semelhanças com a escravidão colonial para a comunidade em geral.

Painel



INSTITUIÇÃO
Escola urbana



PESSOAS ENVOLVIDAS
35 professores,
30 funcionários, 361
alunos e 96 membros
da comunidade



MODALIDADE
Ensino Fundamental
I e II



ESCOLAS ENVOLVIDAS
Escola Municipal
Maria de Fátima e
Escola Estadual Elisa
de Oliveira Campos



PARCERIAS
Igreja São João
Batista



Escravo, nem pensar!

Responsável: Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos)

Por que: As populações dos distritos de Icoaraci e de Outeiro, em Belém, sofrem com o crescimento urbano sem planejamento e estão nas rotas de grandes empreendimentos em expansão na Amazônia. Uma vez que parte dessas comunidades é vulnerável, seus trabalhadores acabam sendo alvo de agenciadores para trabalhar em outros locais. Além desses homens que se deslocam para as frentes de trabalho, muitas mulheres jovens também migram e, não raro, são vítimas do tráfico de pessoas, principalmente para fins de exploração sexual.

A descoberta de outro problema

A organização Sodireitos atua há mais de dez anos no enfrentamento do tráfico de pessoas, tendo como um dos pilares a educação. Após mapear as escolas da região,

duas foram escolhidas para sediar as ações: uma em cada distrito e ambas atendendo ao Ensino Fundamental e Médio.

A programação de atividades nessas escolas contou com a realização das oficinas, que tiveram como público não apenas alunos, mas também professores e a equipe pedagógica, o que possibilitou que os temas de trabalho escravo e tráfico de pessoas fossem trabalhados na sala de aula mesmo após o fim do projeto. Nas atividades, foram utilizados materiais didáticos, disponibilizados pelo programa Escravo, nem pensar!, e dinâmicas como a do ciclo do trabalho escravo, também elaboradas pelo programa. As oficinas levaram sempre em conta o conhecimento dos participantes, suas experiências e o contexto da região.

No decorrer das formações, a organização se deparou com alto índice de trabalho infantil, principalmente em lava-rápidos, co-

“ OS MATERIAIS ENVIADOS PELO PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR! CONTRIBUÍRAM SIGNIFICATIVAMENTE PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, PRINCIPALMENTE NO QUE CON CERNE À METODOLOGIA APLICADA JUNTO AOS ALUNOS E PROFESSORES. ”

– Angélica Lima, assistente social e coordenadora do projeto.

mércio ambulante e trabalho doméstico. Este último gerou grande preocupação, pois, na maioria dos casos, as crianças e adolescentes vêm de municípios distantes, sob a alegação de serem “adotadas”, e têm que assumir responsabilidades como lavar, passar, cozinhar e cuidar de crianças menores, não compatíveis com a sua idade, tendo seus direitos violados. As informações estão sendo analisadas e irão integrar um relatório que será publicado pela organização e poderá estimular a criação de iniciativas de prevenção e combate a este problema.



Painel



INSTITUIÇÃO
Sociedade civil



PARCERIAS
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Universidade da Amazônia, Casa Brasil Holanda, Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Pará (Coetrae-PA) e Comissão Estadual de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas (Coetrap)



PESSOAS ENVOLVIDAS
3 lideranças, 12 professores e 105 alunos



ESCOLAS ENVOLVIDAS
Escola Estadual do Outeiro e Escola Estadual Rodolfo Tourinho





Consciente e informado: direitos assegurados

Responsável: Escola Família Agrícola (EFA) de Marabá

Por que: A escola atende comunidades de assentamentos e vilas, onde há casos de exploração do trabalhador. Além disso, situa-se em uma região de fronteira agropecuária conhecida como Arco do Desmatamento,



onde são comuns casos de violações trabalhistas e alto índice de aliciamento. Assim, o projeto visou à prevenção do trabalho escravo e novas alternativas de geração de renda para as comunidades do campo.

Protagonismo dos alunos

Os seminários foram a base do projeto. Apresentados pelos alunos primeiramente na própria EFA, eles se expandiram para a escola vizinha, a Santa Maria, e, posteriormente, para as comunidades do entorno. Em novembro de 2015, essas atividades

“ OS NOSSOS ALUNOS SE EMPENHARAM NO PROJETO PARA REALIZAR AS PALESTRAS NAS ESCOLAS E CONSCIENTIZAR SEUS FAMILIARES. UM DOS MOMENTOS MAIS MARCANTES FOI NO DIA DA CULMINÂNCIA DO PROJETO, NA ESCOLA SANTA MARIA, QUANDO UM ALUNO TEVE A CORAGEM DE DENUNCIAR UM EPISÓDIO DE TRABALHO ESCRAVO DE UMA PESSOA QUE ELE CONHECE. ”

– Vanalda Araújo, coordenadora do projeto

também foram realizadas na culminância do projeto, evento aberto ao público e que foi notícia do jornal local “Opinião”. Os alunos foram os protagonistas e, a cada apresentação, apropriavam-se ainda mais do tema do trabalho escravo.

Para realizar o projeto, a escola contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra desde o início, que realizou oficinas com alunos e professores e compartilhou dinâmicas e metodologias. A partir dos materiais enviados pelo Escravo, nem pensar!, os jovens produziram textos e realizaram grupos de estudo. Foi a partir daí que surgiram os seminários. Eles também participaram de outras atividades formativas, como uma palestra com especialistas do Ministério do Trabalho; oficina de grafiteagem, na qual pintaram as paredes da escola com imagens que ilustram várias etapas do ciclo do trabalho escravo; e de criação de hortas comunitárias.



Painel



INSTITUIÇÃO
Escola rural



ESCOLA ENVOLVIDA
Escola Santa Maria



PESSOAS ENVOLVIDAS
9 professores,
12 funcionários,
78 alunos e
150 pessoas da comunidade



PARCERIAS
Comissão Pastoral da Terra, Universidade Estadual do Maranhão, Secretaria Municipal de Educação e Justiça do Trabalho



Juventude em ação contra a escravidão



Responsável: Grupo Jovens Unidos Multiplicando o Poder (JUMP) da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Por que: O projeto aconteceu nas cidades tocaninenses de Aragoínas, Muricilândia e Santa Fé do Araguaia, locais que possuem muitos jovens que deixam a escola para ajudar no sustento da família. Por serem cidades pequenas e com poucas oportunidades, muitos deles migram e são alvos fáceis de aliciadores. Soma-se a isso o fato de os municípios estarem na rota de saída para Xinguará (PA), cidade que já registrou inúmeros casos de trabalho escravo. Em fevereiro de 2015, dois trabalhadores foram resgatados da situação análoga à escravidão em Aragoínas. Todos esses fatores estimularam os jovens a criarem o projeto com o intuito de chamar a atenção da comunidade para esse problema.

Vencendo os desafios

A essência do projeto foi um teatro de fantoches, que explicava o que era trabalho escravo e como ele se caracterizava naquela região. A peça foi roteirizada e confeccionada pelos próprios jovens. Contando com a assessoria da Comissão Pastoral da Terra, eles inicialmente participaram de formações sobre o tema e, então, estabeleceram um calendário de apresentações seguidas de debates, que incluíam as cidades de Muricilândia, Santa Fé do Araguaia e Aragoínas. O grupo produziu panfletos e camisetas e participou de caminhadas e encontros, tendo alcançado mais de mil pessoas ao longo do ano.

No desenvolvimento do projeto, problemas surgiram: alguns jovens que prestaram vestibular se mudaram para estudar em outras cidades e parcerias com igrejas de cidades vizinhas não aconteceram da forma esperada, fazendo com que algumas

das viagens planejadas não acontecessem. No entanto, eles foram contornados. Os jovens adaptaram o calendário e se dividiram para apresentar a peça nas escolas, igrejas e eventos comunitários. Ao final da experiência, conseguiram ainda acrescentar uma apresentação no Encontro de Comunidades, realizado em Santa Fé do Araguaia, que envolveu vários líderes comunitários da região, alcançando um número ainda maior de pessoas do que o esperado.

Painel



INSTITUIÇÃO
Igreja católica



ESCOLAS ENVOLVIDAS
Escola Geraldo da Cunha Ferreira, Escola Municipal Cirilo Ribeiro, Colégio Estadual Getúlio Vargas, Colégio Estadual Costa e Silva, Escola Estadual de Muricilândia e Colégio Estadual Castro Alves.



PESSOAS ENVOLVIDAS
6 líderes comunitários, 15 jovens e mil pessoas da comunidade



PARCERIAS
Comissão Pastoral da Terra

“ NÓS ADORAMOS APRENDER A FAZER OS FANTOCHES E FOI MARAVILHOSO VER OS OLHOS DAS CRIANÇAS BRILHANDO NAS APRESENTAÇÕES QUE FIZEMOS NAS ESCOLAS. FIZEMOS UMA FARRA COM ELAS! ”

– Larissa Borges, integrante do grupo JUMP

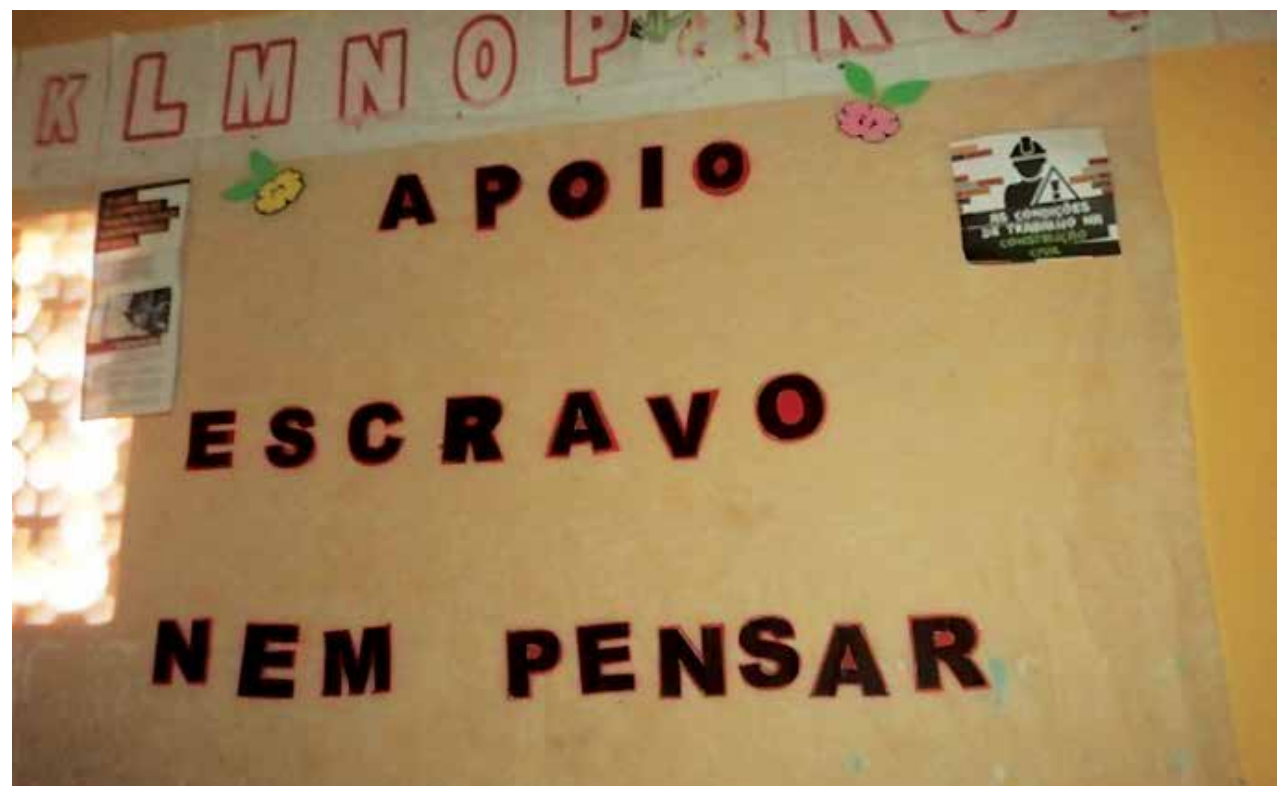


Educar para não escravizar

Responsável: Escola Municipal Bom Jesus

Por que: Apesar de a escola ser pequena, ela cumpre um papel importante na sua região, pois está localizada em uma zona rural e atende a famílias em situação de vulnerabilidade social que, na maioria das vezes, desconhecem seus direitos trabalhistas. Sem informação, essas pessoas ficam mais suscetíveis a serem vítimas de trabalho escravo. Por isso, além de trabalhar o tema com os alunos, as atividades foram estendidas à comunidade e tiveram apoio de outras organizações.

Trabalho escravo inserido no Projeto Político Pedagógico da escola



Além de abordar o tema do trabalho escravo com os alunos do Ensino Infantil, a escola promoveu palestras a pais e comunidade. Entre os assuntos abordados estão a diferenciação do trabalho escravo contemporâneo do colonial, sua relação com a destruição do meio ambiente e a importância do papel da educação na sua prevenção. Também foram feitas oficinas sobre trabalho infantil e uma grande gincana de culminância, que sintetizavam os temas abordados durante o ano.

O sucesso das atividades fez com que o tema fosse institucionalizado na escola por meio de sua inserção no Projeto Político Pedagógico. Isso garante que ele seja abordado nos próximos anos, mesmo após a finalização do projeto.

Painel



INSTITUIÇÃO
Escola rural



PARCERIAS
Secretaria Municipal de Educação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá, Associação Comunitária São Francisco de Assis, Alternativas para pequenos agricultores do Tocantins (APATO) e Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP).



MODALIDADE
Ensino infantil



PESSOAS ENVOLVIDAS
3 professores, 6 funcionários, 30 alunos e 30 pessoas da comunidade

“ A ACEITAÇÃO DO PROJETO POR TODOS FOI MUITO IMPORTANTE. O CONTEÚDO FOI TRABALHADO EM TODAS AS DISCIPLINAS E UM DOS DESTAQUES FOI O PROJETO SER INSERIDO NO PPP DA ESCOLA, QUE ESTE ANO ESTÁ SENDO REFORMULADO ”

– Luzanira Lima, diretora da escola.



Esta publicação reúne 14 projetos dedicados ao combate do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, desenvolvidos por escolas e entidades locais de 13 municípios nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Tocantins.

As experiências comunitárias realizadas em 2015 foram apoiadas pelo programa educacional Escravo, nem pensar!, da ONG Repórter Brasil, por meio do 9º Fundo de Apoio a Projetos do programa, com o apoio do Fundo Nacional de Solidariedade – Cáritas Brasileira e da Procuradoria do Trabalho Municipal de Água Boa, Mato Grosso.

Realização



Apoio

